

1 **Ata nº 14/2023.** Aos 13 (treze) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte
2 três, nas dependências da SEMED, na presença dos conselheiros: Ana Paula Riedel
3 Pires, Angela Pereira Branco, Letícia Brandt Jorgensen de Almeida, Luiz Carlos da
4 Costa Silva, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Tânia Carolina Soares, e convidados:
5 Luismiguel Reis Mazza, Everaldo F. de Souza e Fábio Luciano Azevedo, ocorreu a 9ª
6 reunião ordinária do Conselho CACS- FUNDEB do município de São José dos
7 Pinhais, tendo como pauta: 1 – Desligamento de Conselheiros; 2-Transporte Escolar.
8 A Presidente do Conselho Marilza Apª Pereira Teixeira, inicia a reunião apresentando
9 os convidados, Everaldo, chefe da Divisão de transporte escolar e Luismiguel da
10 União Paranaense dos Estudantes secundaristas – UPES, a Presidente Marilza
11 informa que a UPES tem direito a uma cadeira de titular e suplente na representação
12 dos estudantes, havia 4 estudantes indicados da EJA que nunca compareceram, eles
13 foram localizados através da Marinês e foi entregue as cartinhas de desligamento dos
14 mesmos porque eles não tem condições de estar vindo nas reuniões,
15 simultaneamente conversou com o Luismiguel e eles aceitaram participar do Conselho
16 mas pediram para aguardar porque a UMES está sendo recriada no município, e
17 assim que eles fizerem as eleições, será indicado o representante do Conselho do
18 FUNDEB. O convidado Everaldo faz uma breve apresentação sobre o transporte
19 escolar e cita alguns números: são 59 ônibus da frota própria, somente 42 ônibus da
20 frota estão circulando, devido à falta de motoristas e 99 linhas terceirizadas, somando
21 141 linhas que circulam atendendo a área rural do município, atendendo escolas
22 estaduais, municipais e alguns CMEIs. Hoje são 6.900 alunos cadastrados e mais ou
23 menos uns 1000 alunos sem cadastro que usam o transporte escolar, pensa-se uma
24 forma de atualizar o cadastro. O Estudante Luismiguel pergunta qual seria a proporção
25 dos estudantes que usam para a rede municipal e para a rede estadual. Everaldo
26 responde que seriam mais ou menos 56% para a rede estadual. A Presidente Marilza
27 pergunta se a oferta de transporte para a rede estadual seria um termo de
28 cooperação. Everaldo coloca que pela constituição federal o estado seria responsável
29 pelo transporte, mas tem uma lei estadual, que institui o PETE (Programa Estadual de
30 Transporte Escolar), onde a responsabilidade do Estado é fazer um repasse por aluno,
31 eles fazem de acordo com o numero de alunos cadastrados no sistema, mas é um
32 valor bem baixo, que não cobre nem 20, 30%. A Conselheira Angela coloca que “é
33 gasto em torno de 22 milhões com o transporte e o estado repassa no máximo 2
34 milhões, o estado recebe recursos pelo PNATE e ele poderia repassar diretamente
35 para o município e mesmo assim não tiraria dele a responsabilidade de complementar

36 recursos, mas o estado faz o repasse através do PETE e finge que o PNATE não
37 existe, o estado quer que o município atenda a 6ª aula, já foi feito o calculo e enviado
38 porque eles precisam aportar recursos, mas eles não se manifestaram.” A presidente
39 Marilza pergunta se o repasse via PETE é proporcional ao valor do PNATE. A
40 conselheira Angela responde que é menos, bem menos. A Presidente Marilza
41 pergunta quantas escolas estaduais o município atende, a conselheira Angela
42 responde que acha que deve ser umas 13 escolas. A Conselheira Tânia questiona se
43 a empresa terceirizada precisa ter um monitor, porque que os nossos ônibus não? A
44 conselheira Angela responde que é porque o município não tem o cargo de monitor. A
45 Conselheira Tânia coloca que este é um questionamento da comunidade e pergunta
46 se não tem como fazer um PSS para monitor? A Conselheira Ana Paula coloca que
47 não existe o cargo, primeiro teria que criar o cargo na Câmara de vereadores. O
48 Conselheiro Luiz pergunta se tem como o Conselho do FUNDEB solicitar para o
49 estado um extrato desse valor que teria que ser repassado para o município, porque
50 como mais de 50% do atendimento é para o estado e o município que está arcando
51 com a maior parte quando quem deveria despende seria o estado, se o PETE e o
52 PNATE são para esse tipo de situação e não está sendo repassado, para onde está
53 indo o valor? A Conselheira Angela corrige dizendo que o estado repassa, mas o
54 PNATE não vem direto para o município como poderia, porque está previsto na lei, ele
55 repassa através do PETE, quando poderia repassar direto e através do PETE fazer a
56 complementação. “o que eu acho que eles fazem, não sei se é isso que acontece, eles
57 recebem o PNATE e repassam o PNATE através do PETE, aí não tem
58 complementação.” A Presidente Marilza responde que pode ser perguntado para o
59 Conselho do FUNDEB do Estado, essas informações de repasse. E pergunta se é
60 repassado para o Estado o numero que estudantes do estadual que utilizam? O
61 Everaldo responde que sim, é através do SIGET. A Conselheira Angela complementa
62 dizendo que o SIGET pode ser atualizado durante o ano todo e serve de base para o
63 próximo ano, mas existem alunos cadastrados que moram a menos de 2 km de e
64 esses o estado não paga. A Conselheira Ana Paula pergunta se tem algum controle
65 dos alunos que embarcam no ônibus. Everaldo responde que hoje não tem o controle,
66 mas ele e sua equipe estão estudando e pensando para implantar um sistema de
67 bilhetagem nos ônibus, através de tag e leitor, poderia tirar relatório de quantas
68 crianças embarcaram no ônibus, ainda não foi feito o levantamento de custos, mas a
69 idéia é essa. A Presidente Marilza questiona sobre a situação de ter ônibus e não ter
70 motorista está sendo pensado nisso? Everaldo responde que sim, já está sendo

71 pleiteados mais 10 motoristas. A Presidente Marilza questiona sobre a manutenção
72 dos ônibus. Everaldo responde que são 3 oficinas e os contratos são geridos pelo DAF
73 da Secretaria de Obras, a responsabilidade da Divisão de transporte Escolar é indicar
74 qual é o problema no ônibus e eles fazem todo o encaminhamento para oficina e a
75 parte de aprovar o orçamento. A Conselheira Tânia pergunta como que é feito essa
76 questão na terceirizada. Everaldo responde que eles têm que estar com o ônibus
77 aprovado na vistoria, com a licença de veículo escolar e eventualmente é feito
78 fiscalização pela Divisão, a vistoriado do Demutran é feita semestralmente e é bem
79 rigorosa. O Conselheiro Luiz pergunta qual é o valor do contrato da terceirizada.
80 Everaldo responde que não tem esse dado agora, teria que verificar, porque são
81 vários contratos e geralmente vence um já começa outro, as vezes o valor do
82 quilometro rodado muda. A Presidente Marilza pergunta se quando é feito o contrato
83 com a terceirizada consta o pedido do monitor. A conselheira Angela coloca que é
84 tudo previsto no edital, monitor, seguro, e dentro do edital tem uma planilha de custos
85 que é obrigatório conter, tudo isso está antes da assinatura do contrato. A Conselheira
86 Ana Paula pergunta como que é o processo de fiscalização e punição. Fábio responde
87 que quando recebe denúncia eles vão verificar e notificam a empresa, depois de três
88 notificações, abre um Processo Administrativo. A Presidente Marilza pergunta se tem
89 empresas com Processo Administrativo. Everaldo responde que no momento não. A
90 Presidente Marilza pergunta se já teve alguma punição em relação aos processos
91 encaminhados. Fábio responde que sim, mas o processo para a empresa sair foi bem
92 longo e hoje a mesma não pode mais concorrer no processo licitatório. O Estudante
93 Luismiguel pergunta qual seria o tamanho da equipe para fazer a fiscalização.
94 Everaldo responde que são 11 pessoas que fazem também toda a parte de
95 pagamentos, nota fiscal, são 99 linhas terceirizadas e 37 contratos. Everaldo coloca
96 que a maioria das reclamações recebidas é sobre ônibus lotado, e o lugar que
97 realmente tem esse problema é no Patronato, pois o ônibus é para a área rural, mas
98 como a escola está em uma área urbana, é inevitável, porque o ônibus passa pelo Jd.
99 Itália, Bandeirantes, Santo Antônio, e as pessoas querem embarcar, o ônibus para a
100 pegar duas crianças e embarcam várias. O Conselheiro Luiz coloca que para
101 encaminhamentos poderia ficar a questão de solicitar ao estado o repasse que é feito
102 conforme a Angela explicou. A Presidente Marilza dia que não seria para o Estado,
103 teria que conversar com o Conselho Estadual de Educação, para entender como que
104 isso está chegando, porque o extrato só é possível requerer do município. O
105 Conselheiro Luiz coloca que outra situação seria solicitar o valor total dos contratos

106 referentes a empresas terceirizadas. A Presidente Marilza confirma se “em relação a
107 manutenção teria que perguntar para o Obras? Quem seria a pessoa responsável?”
108 Everaldo confirma que sim, seria com o Dalton do DAF. A Conselheira Letícia
109 pergunta: “se na lei está dizendo que o atendimento é só para a área rural, porque que
110 está sendo atendida a área urbana? Só por politicagem? De repente, deixa-se de dar
111 um atendimento melhor para aqueles que realmente têm direito. A Conselheira Angela
112 explica que tem o caso da Escola Almir Ferraz, onde não tem nenhuma outra unidade
113 que atenda do outro lado da BR, na época do Setim, ele se comprometeu com a
114 comunidade que enquanto não tivesse uma Escola que não precisasse
115 ultrapassar a BR, porque é um risco para as crianças e ela precisa atravessar, então
116 nesse caso fica para nós, então tem casos que não é só politicagem, tem situações
117 que o Município não consegue resolver, então é feito esse atendimento . Os
118 conselheiros discutem que há várias unidades como o patronato, Escola Francisco
119 Xavier, borda do campo, que não são mais áreas rurais, mas continuam sendo
120 atendidas como área rural, porque as crianças precisam e pela dificuldade de retirar
121 um atendimento que vem sendo prestado há muito tempo, o que também acaba
122 abrindo brecha para os outros locais. A Presidente Marilza coloca que sobre a questão
123 dos recursos é importante levantar isso e levar para outros debates, porque enquanto
124 fica só a Prefeitura cobrando do Estado, dá a impressão que está se cobrando só
125 porque está faltando dinheiro, mas quando se leva para debater em outros lugares,
126 traz-se que é um assunto importante, não é porque o Município não quer, é porque
127 não é compromisso dele. Fábio cita um exemplo que no horário noturno foi fechado
128 algumas salas do Chico Mendes e alguns alunos foram remanejados para o Eunice
129 Borges, então o Município teve que dar o atendimento para o Eunice Borges, hoje tem
130 um carro que atende as crianças do São Marcos para o Eunice Borges porque o
131 Estado fechou a sala. Nada mais havendo para tratar, a Presidente Marilza agradece a
132 presença de todos e encerra reunião.

133 Eu, Valdinéia Santos de Lima, digitei essa ata que depois de aprovada será assinada
134 pela Presidente Marilza Aparecida Pereira Teixeira.

Marilza Ap. P. Teixeira

135